



José Pedro Aguiar-Branco

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco,
no encerramento do Debate das Grandes Opções do Conceito
Estratégico de Defesa Nacional, na Assembleia da República.**

Lisboa, 08 de março de 2013

Só serão válidas as palavras proferidas

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados,

Este foi o debate sobre as bases de todo o planeamento da política de defesa nacional para os próximos dez anos.

Mas ao longo do debate também ouvi várias referências, mais ou menos difusas, mais ou menos esclarecidas, ao processo de reestruturação das Forças Armadas.

É legítimo que assim aconteça. Não o nego. Pelo contrário.

Este documento é a pedra de toque que inicia todo um ciclo de planeamento. Um ciclo que se estende em diferentes medidas e iniciativas, em diferentes legislaturas e governos.

É neste Conceito que se avaliam necessidades e ameaças, vulnerabilidades e carências. Que se avalia o que mudou em Portugal e no Mundo, neste caso, desde 2003.

E nessa avaliação influenciamos decisivamente as missões específicas das Forças Armadas, o seu sistema de forças e o respectivo dispositivo militar.

Influenciamos decisivamente a forma como o Estado estrutura as suas Forças Armadas num quadro de especiais dificuldades financeiras.

Afirmam os princípios orientadores da readequação das Forças Armadas, expressão mais nobre da Defesa Nacional e uma das traves mestras do nosso estado de direito democrático.

Quando discutimos as novas questões que o Mundo nos coloca temos de discutir as respostas que estamos dispostos a dar.

O que mudou no Mundo desde 2003 impõe a revisão do conceito estratégico. O que muda no conceito estratégico impõe a revisão da estrutura das nossas Forças Armadas.

Novas ameaças e riscos no Mundo exigem novas qualificações e capacidades do país. Umas são indissociáveis das outras. Porque das Forças Armadas vamos ter a mesma exigência e o mesmo papel.

Aceitar a mudança no Mundo e negá-la às Forças Armadas é impedir que as próprias Forças Armadas sejam capazes de dar resposta aos desafios que lhe são colocados.

É permitir que Portugal fique condicionado e menorizado no plano da afirmação externa. Porque se o país quer esta reforma o novo Mundo lá fora exige-a.

Senhoras e Senhores Deputados,

Mas não podemos, nem devemos, confundir a necessidade de reformar, com medidas, estudos e propostas de trabalhos que ainda estão em curso.

Até porque nos princípios fundamentais há um acordo que é transversal nesta Assembleia e no país.

Todos concordamos que as Forças Armadas precisam de mais operacionalidade. E no entanto, cerca de 80% do orçamento é consumido em despesas de pessoal.

Todos concordamos que as Forças Armadas não se podem consumir em matérias de natureza administrativa.

E no entanto, temos Militares treinados para os teatros de operação obrigados a conformarem-se com o preenchimento de penosos formulários em funções de secretaria.

Todos concordamos com a especificidade da condição militar. Porque reconhecemos diferentes deveres e direitos a quem jurou dar a vida em nome da pátria.

E no entanto alguns teimam em confundir direitos com privilégios.

Todos concordamos que muitos dos Militares na reserva, fora da efetividade de serviço, podem ainda desempenhar um papel válido nas Forças Armadas e no país.

E no entanto continuamos a insistir que nada pode ser feito nessa matéria.

Todos concordamos que a estrutura militar tem de ser equilibrada.

E no entanto temos um Oficial para cada Sargento. Temos um Oficial para cada dois Soldados.

Todos concordamos que as Forças Armadas contam, hoje, com recursos materiais e humanos sem igual no país.

E, no entanto, muitos teimam em olhar para estas mulheres e homens como se fossem uma espécie de reserva estratégica.

O que queremos é que as Forças Armadas não sejam apenas essa reserva estratégica. Queremos que sejam cada vez mais um ativo ao serviço da República.

Todos concordamos que precisamos de qualificações diferentes, capacidades distintas e uma gestão mais rigorosa dos recursos.

Todos concordamos que a valorização das soluções integradas e conjuntas deve ser aplicada não só à dimensão operacional mas também à cultura institucional e organizacional das Forças Armadas.

E estes princípios que enumerei não trazem novidade ao debate.

Atravessaram diferentes Presidentes da República, diferentes Governos, diferentes Partidos e até diferentes Chefias Militares. Foram consagrados até no Conceito Estratégico de 2003, ainda hoje em vigor.

Mas se todos concordamos com estes conceitos não podemos deixar que o debate se fique por teses construídas em cima de impressões. Ou que o necessário processo de readequação seja condicionado por quem ainda se amarra às memórias de um passado, ilusoriamente abundante, e ilusoriamente farto.

Hoje não discutimos a última década. Discutimos os próximos dez anos.

Hoje não discutimos o que foram as Forças Armadas nas últimas três décadas.

Mas o que devem ser nos próximos trinta anos.

E este pormenor faz toda a diferença. Faz diferença na forma como lemos o que é escrito, ouvimos o que é dito ou avaliamos o que é proposto.

Não estamos a consultar memórias ou recordações individuais. Estamos a projetar capacidades e a estimar necessidades futuras de um país inteiro. Isto muda tudo no debate. Tudo o resto é saudosismo.

Disse